



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2014.0000140893

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000716-48.2010.8.26.0108, da Comarca de Jundiaí, em que é apelante NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A e é apelada LEONA MARIA NITRINI FREITAS (MENOR REPRESENTADA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: DERAM PROVIMENTO AO APELO. V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO (Presidente) e DIMAS RUBENS FONSECA.

São Paulo, 14 de março de 2014.

Celso Pimentel
relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº 26.763

Apelação com revisão nº 0000716-48.2010.8.26.0108

1ª Vara do Foro Distrital de Cajamar - Jundiaí

Apelante: Nobre Seguradora do Brasil S/A

Apelada: Leona Maria Nitrini Freitas

28ª Câmara da Seção de Direito Privado

No sistema da Lei nº 6.194/74 e até o advento da Lei 11.482/2007, a indenização do seguro obrigatório em caso de morte era paga, “na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente” e, na sua falta, os “herdeiros legais” (art. 4º). Posterior modificação legislativa não retroage.

Seguradora apela da respeitável sentença que a condenou ao pagamento de indenização de seguro obrigatório. Insiste na ilegitimidade da autora e nega a obrigação, argumentando com pagamento da indenização à companheira da vítima a época do acidente. Bate-se contra a vinculação a salários mínimos. Busca a inversão do resultado e, de modo alternativo, a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento e de juros da citação.

Vieram preparo, resposta e manifestação do Ministério Público.

É o relatório.

No sistema da Lei nº 6.194/74 e até o advento da Lei 11.482/2007, a indenização do seguro obrigatório em caso de morte era paga, “na constância do casamento, ao

cônjuge sobrevivente" e, na sua falta, os "herdeiros legais" (art. 4º).

No caso, quando da morte em acidente de trânsito, o pai da autora era casado (fl. 13) e a viúva recebeu a indenização (fl. 36).

É claro que a posterior modificação legislativa não retroage, do que resulta a manifesta ilegitimidade da autora, cuja menoridade à época, nas circunstâncias, é irrelevante.

Por isso, decreta-se a extinção do processo sem exame de mérito (CPC, art. 267, VI) e com a condenação da autora ao pagamento das custas e de honorários advocatícios de mil reais (idem, art. 20, § 4º), ressalvados os efeitos da gratuidade (Lei nº 1.060/50, art. 12).

Pelas razões expostas, dá-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel
relator